

## CO-CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS PÚBLICAS GONÇALENSES

*CO-CONSTRUCTING PATHS TO IMPLEMENT THE LAW 10.639/03 IN THE PUBLIC  
SCHOOLS OF SÃO GONÇALO*

**Regina de Fatima de Jesus<sup>1</sup>**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**

**RESUMO:** Este artigo abre ao diálogo a pesquisa “Compartilhando Experiências – possibilidades para implementação da 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses” (2011 – 2013). Uma pesquisa-ação que tem como procedimento metodológico preferencial a realização de oficinas pedagógicas com professores da rede pública de ensino do município de Gonçalo, uma região marcadamente afrodescendente. A pesquisa tem longa caminhada, anterior à própria promulgação da lei 10.639/03, que modificando a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileiras e africanas nos estabelecimentos de ensino. Ao completar dez anos de promulgação de importante ação afirmativa para a educação, a memória nos faz reencontrar os ecos das vozes cotidianas do passado e não nos deixa esquecer que nossa história “tem histórias a contar”. As vozes dos/as professores/as trazem práticas pedagógicas de caráter antirracista, ou o que a literatura tem chamado “micro-ações afirmativas cotidianas” fruto do reconhecimento de que o racismo estrutural presente na sociedade brasileira precisa ser superado, em prol de todos/as os/as brasileiros/as, independentemente de suas origens étnico-raciais

**Palavras-chave:** lei 10.639/03; micro-ações afirmativas; práticas pedagógicas.

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: [reginajesus@gmail.com](mailto:reginajesus@gmail.com)

## CO-CONSTRUCTING PATHS TO IMPLEMENT THE LAW 10.639/03 IN THE PUBLIC SCHOOLS OF SÃO GONÇALO

**ABSTRACT:** This article opens the research “Sharing experiences – possibilities for implementing the 10.639/03 in the public schools of São Gonçalo” (2011-2013) to dialog. It is an action-research which has chosen as methodological procedure, carrying out pedagogical workshops with teachers on the public schools of São Gonçalo, where the Afro-descendants predominate. The research has begun quite before the enactment of the law 10.639/03, that modifies the LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Law of Directives and Bases of Education) n. 9.394 (from 20th December, 1996), and obliges the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture in all Brazilian schools.

The tenth birthday of this important affirmative action enactment for the education brings to us the memory that promotes rediscovering the daily voices of the past echoes, and it doesn't let us forget that our history “has histories to tell”. The teacher voices bring anti-racist pedagogical practices, or what we had called “daily affirmative micro-actions”, that are a result of recognizing that Brazilian society structural racism needs to be overpassed for the benefit of all the Brazilians, regardless their racial-ethnic origins.

**Key words:** Law 10.639/03; affirmative micro-actions; pedagogical practices.

## CO-CONSTRUANT LES CHEMINS POUR IMPLEMENTAR LA LOI 10.639/03 DANS LES ECOLES PUBLIQUES DE SÃO GONÇALO

**RÉSUMÉ:** Cet article ouvre au dialogue la recherche “En partageant des expériences – possibilités pour mettre en œuvre la 10.639/03 dans les écoles publiques de São Gonçalo” (2011-2013). Une recherche-action qui a choisi comme procédure méthodologique la réalisation des ateliers pédagogiques avec les professeurs des écoles publiques de la Ville de São Gonçalo, où prédominent les afrodescendants. La recherche a commencé bien avant la promulgation de la loi 10.639/03, qui a modifié la LDB (Lei de Diretrizes e Bases - la loi fondamentale sur l'enseignement scolaire) n. 9.394, du 20 décembre 1996, qui a rendu obligatoire le enseignement de l'Histoire et culture Afro-Brésiliennes et Africaines dans toutes les écoles du Brésil. Au dixième anniversaire de la promulgation de cette importante action affirmative pour l'éducation, notre mémoire nous fait retrouver les échos des voix quotidiennes du passé et ne nous laisse pas oublié que notre histoire “a des histoires a raconter”. Les voix

des professeurs apportent les pratiques pédagogiques antiracistes, ou ce qu'on appelle "les micro-actions affirmatives quotidiennes", résultats de la reconnaissance de la nécessité de surmonter le racisme structurel présent dans la société Brésilienne, em faveur de tout(es) les Brésiliens(ennes), indépendamment de leurs origines ethniques et raciales.

**Mots-clés:** loi 10.639/03; micro-actions affirmatives; pratiques pédagogiques.

## Introdução

**E**ste artigo busca trazer ao diálogo a pesquisa "Compartilhando Experiências – possibilidades para implementação da 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses". A pesquisa, iniciada em agosto de 2011, no entanto, tem longa caminhada e pretendemos trazer as trilhas que foram anunciando os caminhos investigativos, pois estas trilhas foram anunciadas no ano de 2000, anterior à promulgação da lei 10.639/03, que modificando a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornou obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino. E, ao completar dez anos de promulgação de tão importante ação afirmativa, a memória nos faz reencontrar ecos das vozes cotidianas do passado, a memória não nos deixa esquecer que nossa história "tem histórias a contar".

A pesquisa "Compartilhando Experiências – possibilidades para implementação da 10.639/03 em escolas públicas gonçalenses" (2011 – 2013) busca articular experiências cotidianas de professores/as da rede pública de ensino visando a co-construção de caminhos para a implementação da 10.639/03, nas escolas públicas do município de São Gonçalo - RJ, marcadamente afrodescendente. Conta com duas bolsas de Iniciação Científica

Pibic/UERJ<sup>2</sup> e uma bolsa de apoio à pesquisa Faperj, sendo um desdobramento da pesquisa “Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo”, desenvolvida no período 2008 – 2010<sup>3</sup>.

Atuando com a disciplina eletiva: Relações Raciais e Educação, temos buscado outras possibilidades de investigação nos cotidianos escolares acerca da lei 10.639/03 e das possibilidades e/ou dificuldades na implementação da mesma, bem como dos materiais didáticos que estão sendo veiculados nas instituições públicas de ensino, a partir da promulgação da mesma. Os dados investigativos têm revelado que muito pouco tem sido feito no sentido de seguir as diretrizes curriculares. Há desconhecimento, desinteresse e/ou dificuldades para o desenvolvimento do trabalho. Ou seja, há uma lacuna na informação e na formação docente.

Neste sentido, colocou-se novo desafio: buscar caminhos para a implementação da lei 10.639/03, partindo dos próprios sujeitos cotidianos e referenciados pela realidade do município de São Gonçalo – RJ.

Nosso principal procedimento metodológico desta pesquisa-ação (EL ANDALOUSSI, 2004) são as oficinas pedagógicas em que professores/as da rede pública de ensino do município de São Gonçalo compartilham suas memórias, suas histórias e são convidados/as por meio de uma dinâmica, sempre diferenciada e tendo por base os “valores civilizatórios afro-brasileiros” (TRINDADE, 2005), a buscarem alternativas para a implementação da lei 10.639/03 em seus cotidianos escolares. Muitos/as participantes já vem desenvolvendo micro-ações afirmativas instigados/as por suas próprias histórias de vida e pelo cotidiano escolar, marcado pelo racismo. As oficinas consistem num espaço-tempo de “investigação-formação” (JOSSO, 2010), em

---

<sup>2</sup> Bolsistas Pibic/UERJ: Cinthia de Oliveira da Silva e Luiza Macedo Alves.

<sup>3</sup>A pesquisa “Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo” também contou com duas bolsas Pibic/UERJ, tendo como bolsistas: Luciana Santiago da Silva e Rosilene Vieira da Costa; e uma Bolsa Apq1 - Faperj.

que histórias e memórias vem à tona e possibilitam a co-construção coletiva e solidária de conhecimentos que possam subsidiar o trabalho com a lei 10.639/03.

A pesquisa se caracteriza pela articulação entre pesquisa-ensino-extensão pela compreensão das possibilidades emancipatórias (SANTOS, 2010) deste diálogo para a formação docente e construção de relações cotidianas em que a experiência seja tomada como importante forma de ensinar-aprender, tal qual nos ensina a tradição oral africana (BÂ, 1982).

### **Trilhas anunciadoras da caminhada investigativa**

(...) a gente sempre estudou com a visão eurocêntrica. Os brancos, os brancos e os brancos; os negros, aquela história. Nem falavam na época que os negros foram trazidos, falavam: “os negros vieram”. Como se fosse algo espontâneo, né? Os negros foram trazidos, a gente sabe, e que aconteceu aquela exaltação... a princesa Isabel e a gente percebe que nada disso aconteceu. O que sabemos até hoje é que nós fomos escravos, né? Então, é preciso contar outra história para nossos alunos, para eles se perceberem.

Prof<sup>a</sup> Elizabeth Therezinha<sup>4</sup>

Há muito tenho buscado aprender com as experiências compartilhadas em minhas andanças como professora-pesquisadora, desde os anos 80, no magistério público estadual. Essa compreensão de experiência, um dos princípios da tradição oral africana (BÂ, 1982) foi sendo alimentada como professora e como pesquisadora do Grupalfa<sup>5</sup>, durante alguns anos, e ainda pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação<sup>6</sup>.

No mestrado em educação, trabalhei com a história de vida de seis professoras de escolas públicas com o intuito de refletir sobre a construção da

---

<sup>4</sup> Professora do C. E. Pandiá Calógeras, localizado em Alcântara e participante da pesquisa atual.

<sup>5</sup> Grupo de Pesquisa Alfabetização dos/as alunos/as das classes populares – FE-UFF.

<sup>6</sup> Núcleo de Pesquisa e Extensão: Vozes da Educação Memória e Histórias das Escolas de São Gonçalo – DEDU, FFP/UERJ.

identidade docente, no entanto, a questão étnico-racial apenas tangenciou os diálogos sobre classe e gênero; no doutorado em educação, três professoras negras, que cursaram a “Pós-graduação *lato sensu* Alfabetização dos/as alunos/as das classes populares” (UFF – Grupalfa), no ano de 2000, compartilharam suas experiências acerca da construção de suas identidades étnico-raciais, ou seja, a questão ganhou centralidade.

Aqui, faço, no entanto, uma breve pausa a fim de contar um pouco o que significou o encontro com este processo investigativo, pois foi neste cotidiano, atuando como docente, que fomos instigadas por uma das professoras – Vera Lúcia, a re-pensar o pertencimento étnico-racial das alunas presentes na pós-graduação: “Eu nunca vi um curso de pós-graduação com tanta mulher negra!”. Sua fala causou certo “desconforto” naquele momento, desestabilizou lugares e provocou um movimento de mudança nos caminhos do curso, que organizado em módulos, foi alterado, tendo um dos módulos dedicados à História da África e como professores/as: Henrique Cunha Jr. Amauri Mendes Pereira e Azoilda Loretto da Trindade.

Desafiada pelo Professor Henrique Cunha Jr. aproximei-me de autores africanos, em busca da compreensão de uma cosmovisão que nos tem sido negada por uma educação de base eurocêntrica. Assim, a pesquisa realizada no doutorado em educação teve como objetivo compreender as construções das identidades étnico-raciais das professoras negras que compartilharam suas histórias de vida e os reflexos do assumir-se/afirmarem-se negras em suas práticas pedagógicas junto aos alunos das classes populares, majoritariamente afrodescendentes.

Durante este movimento investigativo, a partir do diálogo com autores africanos e do diálogo estabelecido com militantes do movimento negro, realizamos na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, um curso de extensão, em janeiro de 2002: “Afrodescendência, Diversidade Cultural e

Educação<sup>7</sup>". Ministrado pelo Professor Dr. Henrique Cunha Jr., o curso que teve a duração de uma semana, também contou com palestrantes militantes do movimento negro e pesquisadores/as na área de relações raciais e educação. Foi grande a participação de alunos/as, professores/as e outros/as profissionais ligados/as à área de educação da comunidade gonçalense.

Voltando à tese, que considero ter sido alimentada por muitos movimentos, foi imbuída de certa "intuição" que fui seguindo as pistas deixadas pelas professoras negras: Ângela, Elizabeth Therezinha e Vera Lúcia que, ao assumirem suas identidades étnico-raciais, buscavam contar "outra história" a seus alunos e alunas, na contramão do discurso oficial. Entendi que suas práticas pedagógicas, de caráter antirracista, podiam ser consideradas "micro-ações afirmativas cotidianas", pois visavam superar, no espaço micro das instituições escolares nas quais atuavam/atuam, o racismo que têm demarcado espaços inferiorizantes às crianças e jovens negros/as, muitas vezes sendo responsável pelo fracasso escolar dos/as afrodescendentes. Racismo entendido como fato estrutural, produtor de desigualdades sociais e de hierarquizações nas relações estabelecidas no âmbito social e não, meramente, em relação aos eventos de preconceito e discriminação racial com os quais convivem os negros, cotidianamente.

Mas, como me diz Paulo Freire: "o importante, não resta dúvida, é não pararmos satisfeitos ao nível das intuições, mas submetê-las à análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica" (2000, p. 51). Partindo desta "curiosidade epistemológica", elaborei um projeto de pesquisa: "Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo".

Pelo trabalho que vem sendo desenvolvido há doze anos na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, indissociando ensino-pesquisa-extensão,

---

<sup>7</sup> Organizadoras: Regina de Fatima de Jesus, Mariza de Paula Assis, Maria Tereza Goudard Tavares e Mairce da Silva Araújo.

vamos percebendo as africanidades (SILVA, 2010) presentes no município de São Gonçalo, onde se situa esta Unidade da UERJ. Durante as duas etapas do processo de pesquisa buscamos ouvir professores/as da rede pública de ensino que desenvolvem o que temos chamado “micro-ações afirmativas cotidianas”, pois são ações que fazem parte de uma práxis do/ professor/a de interferência cotidiana contínua, ou seja, o/a professor/a sente o cotidiano, escuta e observa o que este micro-espço tem a dizer por meio de seus sujeitos e, suas ações, decorrem de sua percepção e de seu comprometimento com a superação do racismo.

As práticas pedagógicas narradas visam não só a dimensão pessoal da construção identitária e do pertencimento étnico-racial dos sujeitos e sua potencialização, mas a dimensão coletiva, de pertencimento a um lugar que traz marcas culturais de herança africana, nos traz a perspectiva da interculturalidade. Nesta perspectiva, diferentes matrizes culturais são colocadas em diálogo, sem a supremacia de uma cultura em relação às outras, que, na maioria das vezes, nem são tratadas como culturas, mas como contribuições à “Cultura”.

Com a pesquisa desenvolvida, fomos percebendo e reafirmando a urgência de formação e a falta de políticas públicas neste sentido. É inegável a importância das Ações Afirmativas e, embora nossa preocupação, no âmbito da pesquisa “Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas do município de São Gonçalo” não tenha sido com a implementação da Lei 10.639/03, a emergência de formação por parte de alguns/algumas professores/as, foi recorrente nas entrevistas: “E a Lei 10.639/03, sai ou não sai do papel?” Invertendo os papéis, o professor Reinaldo, professor da E. M. Raul Veiga nos questionou no momento de sua entrevista. Há ainda a preocupação quanto à forma e conteúdo a serem trabalhados: “A gente tem que ter muito

cuidado porque senão o conteúdo vai ser discutido como folclore!”, nos diz Josinete, professora do C. E. Nilo Peçanha.

Palmira, que já coordenou um trabalho na E. M. Ernani Faria, disse que há muitos equívocos na leitura da lei, mesmo por parte da Secretaria de Educação, pois o texto diz que os conteúdos devem ser trabalhados “especialmente” nas áreas de História, Artes e Literatura, não, “meramente” nestas áreas. Considerou, também, muito difícil convencer os professores, pois em decorrência da “falsa” democracia racial há muita rejeição e há um descaso e tratamento pejorativo com questões que se relacionam às relações raciais e ao racismo no âmbito escolar. Já nos dizia Florestan Fernandes (1978): “O Brasil tem preconceito de ter preconceito”.

Nas palavras Gonçalves e Silva (2010), evidenciamos, também, o pensamento dos/as professores/as indignados/as com a realidade e em busca de possibilidades emancipatórias:

Estudar História e Cultura Afro-brasileira e Africana é também um gesto político, questionador de paradigmas eurocêntricos que costumeiramente marginalizam, desqualificam, negam as contribuições dos africanos para a humanidade. Estudar história e cultura dos povos africanos exige dos professores e estudantes, negros e não negros, aprender a identificar, criticar, desconstruir distorções, omissões, avaliações baseadas em preconceitos, construir novas significações (SILVA, 2010:45).

A lacuna histórica em suas formações, a ausência de História da África, os problemas encontrados nos materiais didáticos enviados às escolas foram temas recorrentes; o desinteresse por parte das instâncias públicas, das instituições escolares e dos/as próprios/as profissionais na implementação da lei, também foi ponto de reflexão. A ausência de cursos de formação contínua para os/as professores/as que deveriam estar atuando de acordo com as diretrizes curriculares parece revelar que o “mito” da democracia racial ainda

se faz presente. Trabalhos investigativos desenvolvidos por alunos/as da disciplina eletiva: Relações Raciais e Educação, com a qual tenho trabalhado, corroboram com questões apontadas acima e reforçam a importância da pesquisa atual.

Assim, valorizando a memória como componente importante na formação, a epígrafe deste artigo é de uma das professoras que compartilhou experiências no processo de pesquisa de doutorado (concluído em 2004 na Unicamp), que foi entrevistada durante a pesquisa “Micro-ações afirmativas” (período de 2008 – 2010) e que, atualmente participa de nossa pesquisa, pois considero um elo entre momentos dessa caminhada pesquisadora, cuja temática tem sido alimentada pelas vozes cotidianas de professores/as da rede pública de ensino, considerando-se o caráter formativo das experiências.

### **Co-construindo caminhos para a lei 10.639/03**

Com a pesquisa “Compartilhando Experiências – Possibilidades para a implementação da 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses”, reafirmamos a importância de reconstruirmos espaços narrativos em que a experiência se constitua elemento de formação coletiva. Sendo assim, a metodologia, uma opção política e epistemológica, é a pesquisa-ação, pois nos traz a dimensão da aprendizagem mútua, em um trabalho que, indissociando as dimensões ensino-pesquisa-extensão, aproxima as instâncias: universidade e escola básica, compreendidas como produtoras de conhecimento. Khalid El Andaloussi (2004) nos propõe refletir tanto sobre o caráter da pesquisa-ação quanto sobre as implicações desta possibilidade metodológica entre os sujeitos participantes da pesquisa, pois:

Como Le Boterf disse muito bem, a pesquisa-ação é uma pedagogia de quem está se educando. Com ela, os atores tornam-se ativos na apropriação dos conhecimentos,

contrariamente à pedagogia em que são encarados como simples receptores passivos. Ela integra vários modos pedagógicos. É possível encontrar momentos de transmissão de saber que incitam à busca do saber e outros em que este último é objeto de apropriação tanto por parte dos atores como do pesquisador” (EL ANDALOUSSI, 2004:140).

O/a professor/a, como sujeito do processo, em um trabalho autônomo, produz conhecimento sobre o ensinar-aprender, aproximando, mais ainda a relação com os/as pesquisadores/as, tendo em vista o interesse por uma temática comum. Este movimento nos permite teorizar sobre as práticas, de forma coletiva.

Para o desenvolvimento da pesquisa, nosso procedimento metodológico preferencial são as Oficinas Pedagógicas, que acontecem na FFP/UERJ e tem a duração de cinco horas, são gravadas (áudio e vídeo), transcritas e editadas a fim de possibilitar uma maior compreensão do material da pesquisa. Essa proposta coloca-se como uma possibilidade de re-encontro e re-encanto com a arte de narrar, visando a formação dos/as participantes do projeto para o trabalho envolvendo a lei 10.639/03.

Um trabalho de investigação-formação como nos aponta Christine Josso (2010), em que são utilizados, além das narrativas, registros escritos, subsidiando o trabalho para que os/as professores/as possam desenvolver maior autonomia em sua formação. Com isso, a dimensão técnico-pedagógica vai se articulando com a dimensão da experiência pessoal provocando novos e ricos caminhos formativos em relação à própria construção do pensamento educacional brasileiro, em relação à visão eurocêntrica que atravessa nossos currículos e, por consequência, as práticas escolares que ainda se dão em nossas instituições.

Assim, um fragmento do Parecer do Conselho Nacional de Educação, após a promulgação da lei 10.639 nos possibilita encaminhar o diálogo:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento Etnicorracial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (Parecer CNE/CP nº 03/2004)

Consideramos que, enquanto não houver uma mudança de mentalidade acerca das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, ainda encontraremos muitos obstáculos a fim de superarmos as desigualdades sociais que por base trazem as relações desiguais no que tange ao pertencimento étnico-racial da população brasileira, o que se comprova por meio da realidade e dos dados estatísticos:

A distribuição da escolaridade entre negros é significativamente pior do que entre os brancos. O peso relativo dos níveis de mais baixa escolaridade é maior entre os negros do que entre os brancos e, além disso, na medida em que avançamos para níveis superiores de escolaridade, os negros perdem posições relativas frente aos brancos” (HENRIQUES, 2002: 35).

Reconhecendo a importância da legislação, que já tem quase dez anos de vigência e ainda muito poucas ações efetivas, mas prevendo as dificuldades que iríamos encontrar, uma de nossas preocupações ao divulgarmos a pesquisa e convidarmos à participação nas oficinas pedagógicas, é com a recepção por parte dos/as professores/as de uma proposta de pesquisa que pretende trabalhar com uma lei, pois muitas vezes não soa muito bem o que chega às

escolas como “imposição”. Como diz o próprio texto do Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana:

As dificuldades inerentes à implementação de uma lei no âmbito da Federação brasileira também alcançaram a Lei 10639/03. A relação entre os entes federativos (municípios, estados, União e Distrito Federal) é uma variável bastante complexa e exige um esforço constante na implementação de políticas educacionais. Isso não foi diferente em relação à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, se considerarmos os papéis complementares dos diversos atores necessários à implementação da Lei (BRASIL, 2008).

Neste sentido ao enviarmos o projeto de pesquisa e um questionário/ficha de inscrição aos/às possíveis participantes, buscamos argumentar que a lei 10.639/03 tem longa caminhada, fruto da luta histórica do movimento negro e de movimentos sociais comprometidos com uma sociedade que seja, de fato, inclusiva, tendo a educação como importante espaço-tempo de transformação da realidade de desigualdade étnico-racial com a qual ainda convive o segmento negro da população.

Destacamos uma das respostas dadas ao questionário, pois coincide com a de outros/as professores/as e nos informa sobre a realidade em questão, sobre as dificuldades com a implementação da lei. O professor William, do C. E. Walter Orlandini nos diz:

Vejo que há três principais: a formação inicial e continuada de professores vem caminhando nesse sentido, mas ainda falta muito. Os currículos universitários precisam se modificar para que a lei vire realidade. Para mim, é um significativo avanço a legislação brasileira reconhecer questões de tamanha importância. Mas, como boa parte dos caminhos trilhados na política educacional brasileira, discute-se a formação depois de

implementarem as medidas; associado a essa questão, o cotidiano escolar revela uma enorme dificuldade de gestores, professores e demais responsáveis fugirem do “conteudismo” e perceberem as questões simbólicas, isto é, de ordem cultural e política. Há uma necessidade conceitual a ser percorrida. A principal ocupação da escola é com a avaliação, ao passo que para muitos estudantes pobres e negros a escolarização vai perdendo cada vez mais o sentido. E esses são muitas vezes culpabilizados por isso, ou sua família. Vejo que as condições de trabalho dos profissionais que atuam na escola não podem ser desconsideradas. Não quero recair apenas na questão do salário (apesar de achar fundamental), mas da estrutura como um todo de cada escola que muitas vezes atrapalha a implementação da lei. As diferentes lutas contra a injustiça social estão atravessadas e por isso precisam estar mais bem relacionadas. Caso contrário, as ações ficam fragmentadas e descontínuas. Por exemplo, há espaços de discussão dentro da escola? Há tempo disponibilizado para isso? (Depoimento de Professor William).

A fala do professor complexifica a questão da obrigatoriedade da lei 10.639, pois revela as múltiplas facetas do cotidiano escolar, não visto apenas pelo ponto de vista da implementação ou da não implementação de uma lei que consideramos fundamental para a transformação das relações étnico-raciais, mas um cotidiano marcado, também, por outros condicionantes que interferem nas práticas dos/as professores/as.

Os questionamentos do professor William reafirmam nosso desafio nesta pesquisa de investigação-formação, pois é preciso que espaços narrativos sejam potencializados e é neste sentido que temos investido em nossas oficinas pedagógicas, cujas estratégias, aliando conteúdo e forma, teoria e prática, se alicerçam nos “valores civilizatórios afro-brasileiros” (TRINDADE, 2005). Estes nos constituem como brasileiros/as e nos fortalecem na luta cotidiana.

O contato com uma nova versão sobre a História da África e com a cultura afro-brasileira nos faz compreender tamanha importância da implementação da lei e estamos reencontrando em nossas Oficinas Pedagógicas, tais valores civilizatórios: a “oralidade”, tão cara em nossas práticas, se faz

presente todo o tempo no compartilhar de experiências em que a “memória” vai revelando nosso passado que se entrelaça com o presente e anuncia futuros; a “circularidade”, tanto na fala, no discurso, como na própria forma de nos sentarmos em roda nos olhando e compartilhando saberes – pesquisadoras e professores/as participantes; a sabedoria que nos ajuda a pensar quantos são os elos de “solidariedade” (ou princípio da cooperatividade) presentes na comunidade gonçalense, que traz marcas da “ancestralidade” africana, importante valor que nos re-encanta e nos alimenta em busca de caminhos emancipatórios. Assim como estes, a “religiosidade”, que se revela nas experiências narradas; a “musicalidade”, “corporeidade”, “ludicidade”, “energia vital”, ou seja, muito axé e troca a partir das poesias, das músicas, dos jogos e dos encontros estabelecidos em função de uma luta comum – a transformação da realidade de racismo.

### **As oficinas e seus momentos**

Em nosso roteiro para as oficinas, planejamos três momentos dialógicos, tendo por base os valores civilizatórios afro-brasileiros, como já foi mencionado anteriormente. Para o primeiro momento, pensamos uma dinâmica de apresentação dos participantes por meio da oralidade, pois é nestes momentos que os/as professores/as podem, diante de um cotidiano marcado pela lógica do tempo cronológico, viver a dimensão do compartilhar experiências (saberes) re-encontrando um tempo de intensidade das ações.

Durante as apresentações, em nossa primeira oficina, os/as professores/as começaram por denunciar as dificuldades de implementação e aceitação da lei em suas escolas. Pelos depoimentos constatou-se a dificuldade que alguns docentes, secretarias de educação e instituições de ensino têm de interpretar as determinações da lei e temos por hipótese que o “mito da

democracia racial” acaba por corroborar com práticas de resistência à transformação: “É impressionante, né? Então, a gente fica assim... muito ansioso, que lá na escola quando a Regina ligou oferecendo essa oficina, eu botei papel, falei, e uma colega falou assim: Se fosse outro tema até que eu iria. Assim mesmo”, comenta Reinaldo, professor da E. M. Raul Veiga.

As dificuldades/obstáculos já anunciadas por Reinaldo em 2008, ao ser entrevistado durante a pesquisa “micro-ações afirmativas”, se revelaram nas dificuldades de contato com as escolas, na resistência das direções e coordenações de liberarem professores/as para a participação e no número de inscritos nas oficinas, que ficou aquém da disponibilidade de vagas oferecida pela pesquisa e, dentre as inscrições realizadas, muitas são de professores/as que participaram da pesquisa “micro-ações afirmativas”.

Sabemos que a lei 10.639/03 é fruto de reivindicação e luta do movimento negro e de outros movimentos sociais engajados na luta contra o racismo. Nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, há um reconhecimento legal da demanda social que a lei tenta suprir:

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do movimento negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientam a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir” (Parecer CNE/CP nº 3/ 2004, p. 5).

Compreendemos que, entrando em contato com a versão da história que desvela realidades negadas, vozes subjugadas e revela o protagonismo negro e os valores de origem, percebemos que de fato ocorreu “um assalto à nossa História”, como nos lembram Joseph Ki-Zerbo (2006) e, com o intuito de buscar reflexões por parte dos/as participantes da oficina – exercitando “o

pensar crítico”, do qual nos fala Paulo Freire (1996), temos um segundo momento em que são apresentados vídeos, imagens e narrativas de forma a provocar um diálogo sobre as possibilidades emancipatórias das ações pedagógicas e, nas narrativas, além de denúncias, reflexões sobre o racismo presente na sociedade e nos cotidianos escolares, também temos relatos de “micro-ações afirmativas” que os/as professores/as já praticavam em seus cotidianos escolares, mesmo que isoladamente.

Josinete, professora do C. E. Nilo Peçanha, em nossa primeira oficina, compartilhou uma atividade realizada no Dia Internacional da Mulher, em que propôs uma pesquisa sobre mulheres quilombolas e foi questionada por não estarem encontrando nada a respeito, e ela insistia: “Continuem pesquisando, tem que encontrar alguma coisa”. Após a entrega dos trabalhos perguntou o porquê das dificuldades e a fala de uma de suas alunas merece destaque:

Professora, queria dizer uma coisa, é... de todos os trabalhos que eu já fiz na escola, do primário ano até aqui, esse foi o único trabalho que gostei. Gostei porque eu me vi, gostei porque me encontrei. Eu antes tinha vergonha de mim, agora eu não tenho mais vergonha de mim... foi bom esse trabalho, pesquisando, me encontrando, e me sentindo ameaçada, porque eu não ia ter nota, eu ia ficar com nota vermelha, e aí, depois eu encontrei, e terminei. E eu fiquei me perguntando, por que eu custei tanto a encontrar? Por que não tem nos livros? Porque não tinha na internet? Por que foi tão difícil? Aí eu percebi, professora, porque ela é negra. Porque negro não tem oportunidade! Ai eu gostaria de te agradecer essa oportunidade que você me deu de eu me encontrar. Então, o trabalho está feito” (Depoimento de uma aluna do 3º ano do Ensino Médio, à professora Josinete).

Encaminhando a questão, em nossa segunda oficina, ao se apresentar, a professora Jurema, do C. M. Melchiades Picanço, traz uma fala neste sentido da autonomia docente e na tentativa de desmistificar as tais “dificuldades na implementação da lei”, tendo em vista que rompe com a ideia de que devemos

ter, *a priori*, um arcabouço teórico para o trabalho, mas enfatizando o caráter “multidisciplinar” da temática:

... eu, como educadora e professora, acho que é um tema multidisciplinar, entendeu? (...) E estou aqui também para tentar melhor desenvolver o que faço... todas as vezes que eu coloquei essas questões, eu consegui fazer um bom trabalho, junto com história, junto com a geografia... eu consegui fazer um trabalho. ...não é uma comemoração, não é uma idolatria. O povo africano, a questão afro-brasileira... é uma questão do dia a dia, e quando a gente coloca isso, fazer questão no cotidiano deles, a coisa anda. A coisa abre da melhor forma. Eu acho isso, trabalho assim e a coisa está indo. Não está difícil, e não é nada de outro mundo trabalhar com essas questões afro-brasileiras, os costumes, né? Os hábitos e tal (Depoimento de Professora Jurema).

“Não está difícil, e não é nada de outro mundo trabalhar com essas questões afro-brasileiras”, diz a professora. Há marcas ancestrais que singularizam as práticas cotidianas e as formas de expressão afrodescendentes na sociedade brasileira e essa originalidade, fruto da herança ancestral, é ressaltada por sua potencialidade com o desenvolvimento dos projetos em nossas escolas. Essas marcas são ressignificadas e, cotidianamente, reelaboradas, nos permitindo compreender os processos de identificação e as diferentes construções identitárias que interagem com diferentes marcas e referenciais culturais na sociedade brasileira.

No dizer de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva:

As Africanidades Brasileiras ultrapassam dados ou eventos materiais que guardam a memória da matriz primeira, a ancestralidade garante sua vinculação ao mundo africano, às tradições da África. Elas vêm sendo elaboradas desde os africanos escravizados, com sua força moral, intelectual e física contribuíram para construção da nação brasileira (SILVA, 2010:49).

É preciso haver uma desconstrução dos estereótipos negativos, uma inversão do ponto de vista de quem contou a História. Eis nosso desafio e, neste

sentido, uma proposta que surgiu em nossa terceira oficina, foi a de realizar uma dinâmica que desestabilizasse o eurocentrismo que permeia a educação na sociedade brasileira. Assim, um dos participantes da pesquisa, Israel, professor de Artes do I. E. E. Clélia Nanci, em nossa quarta oficina, realizou uma dinâmica a partir de nomes africanos, convidando todos/as os/as participantes à desconstrução do olhar eurocêntrico, desestabilizando lugares e cosmovisões dominantes: “Eu coloquei ali alguns nomes de origem africana, a gente vai escolher um dos nomes, vendo o que significa, a força do nome, o peso do nome, a identidade do nome”.

Depois das apresentações e dos diálogos estabelecidos a partir dos nomes escolhidos, o professor Israel complementa:

Em algumas comunidades negras, as mulheres grávidas, um pouco antes do parto, acompanhadas de outras mulheres vão até a floresta e lá compõem a canção da criança. A canção da criança é cantada no momento do nascimento, em todos os ritos de passagem, por exemplo, da fase infantil para a fase adulta, no casamento dele, em todos os momentos da vida dele e até no final. Então ele é recebido com a canção, a comunidade se reúne e canta a canção da criança. Esta canção também é cantada quando ela faz algo inadequado. A comunidade leva-o para o centro da aldeia e canta a canção, para ele lembrar quem ele é, da sua origem, para ele voltar a tornar ser quem ele era. (Depoimento de Prof. Israel).

Reconhecemos o quanto as experiências compartilhadas e o sentido de comunidade presente no grupo, vão possibilitando o relembrar quem somos “nós”, nossas origens, fortalecendo laços de solidariedade, como evidencia Cinthia:

Eu estou aqui, porque aqui eu encontro forças, busco energias positivas para continuar este trabalho árduo, quem trabalha com a temática, sabe o quanto é árduo. Estou aqui porque foi aqui que eu me encontrei como pessoa, como negra. Estou aqui porque me sinto bem, estou com os meus amigos, meus companheiros de luta. Estou aqui porque sei que juntos iremos

encontrar algo melhor e contribuir para uma melhor educação, uma melhor humanidade. (...) Hoje quem vê meu sorriso não imagina que eu não tinha esse sorriso negro, eu não tinha a oportunidade de mostrar o meu sorriso negro, hoje eu quero mostrar o meu sorriso negro. E quero passar isto para os meus alunos. Eu estou aqui por isso” (Cinthia – bolsista da pesquisa).

Unindo e aproximando, o “riso negro”, lembrado por Cinthia e citado por Kabengele Munanga<sup>8</sup>, como um dos valores civilizatórios afro-brasileiros, tem estado presente em nossos encontros. Munanga define o riso negro como um fenômeno sociológico e transcendental. De modo que o ser humano transforma o seu mundo interno no ato de rir, preserva a sua harmonia para encontrar forças de superação. É um riso tonificante, é o riso do nosso grupo, além da função social tem fins terapêuticos, segundo o autor.

Assim, em um terceiro momento de cada oficina, partimos para as proposições de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas, ou seja, momento em que são elaboradas, coletivamente, propostas de atividades no sentido de implementação da lei 10.639/03.

No entanto, não há linearidade nesses momentos previamente pensados. Os diálogos vão se estabelecendo a partir das experiências narradas e muitos tangenciamentos, encontros e afastamentos são proporcionados, evidenciando uma encruzilhada de possibilidades reflexivas. E, neste sentido, a narrativa de Reinaldo, no momento inicial de nossa terceira oficina, nos ajuda a encaminhar uma das propostas pedagógicas, escrita coletivamente:

Meu nome é Reinaldo, professor da escola Raul Veiga. Gosto muito de falar desta escola, sobretudo sobre São Gonçalo. Apesar de ter nascido em Minas, sou gonçalense de coração. Esta questão da Lei, do racismo, graças a Deus, comecei trabalhar bem antes de 2003. Sempre falei de João Cândido, Zumbi, Luis Gama. Sempre falava deles e muitos alunos não

---

<sup>8</sup> Em palestra no dia 16/11/11, no IV Seminário Educação e População Negra: & I Encontro Regional da ABPN no sudeste, na UFF.

tinham o menor conhecimento. E também o espaço escolar nunca deu muita ênfase. Faz-se alguma coisa em 13 de maio, 20 de novembro. Na minha sala sempre teve trabalhos, fotos de negros como Abdias Nascimento, nosso contemporâneo. Sempre incentivei que nós nos valorizássemos. (...) Apesar de dar todo estudo para o meu filho, nem fale da questão do negro, que ele não gosta, se sente mal. Ele é instruído, poderíamos ter uma discussão sadia, mas não posso tocar no assunto que ele se sente mal. Eu continuo na escola Raul Veiga, agora trabalhando com EJA e comecei neste ano. Pretendo fazer minhas produções. Agora na aula de história e geografia, colocar como são os negros de São Gonçalo. Quase não se fala em escravidão parece que não houve escravidão em São Gonçalo, mas vamos tentar resgatar, e cada vez mais, valorizar a nossa raça tão lutadora, tão preciosa e tão bonita (Depoimento de Prof. Reinaldo).

O que vemos em nossa História é a negação e a omissão do protagonismo negro e tal mudança perpassa por caminhos de formação, de desalienação dos/as próprios/as professores/as, que muitas vezes desconhecem e/ou naturalizam o que é construção ideológica. Neste sentido, assim como alguns alunos e o próprio filho de Reinaldo, são muitos/as os/as que negam suas origens étnico-raciais. A fuga da realidade étnico-racial, da identidade, é uma forma de se defender em uma sociedade racista, é uma forma de invisibilizar as marcas fenotípicas, se valendo da ambiguidade cor/classe social, pois “... ao combinar o critério de cor, ou seja, o grau de mestiçagem e a condição socioeconômica, eles podem atravessar a linha de cor e reclassificar-se no grupo branco”, como nos diz Munanga (1999, p.121).

As concepções que unem o negro e tudo o que se refere a seu pertencimento a uma imagem negativa é reforçada pela visão que se construiu da África e de tudo o que vem do continente africano. Henrique Cunha Jr. (1999) nos diz que a ideia de que a África é chave para que se compreenda a História do Brasil e de Portugal ainda não foi incorporada. Para o autor... “o conhecimento da História brasileira depende nas mesmas proporções do

conhecimento das Histórias africanas, indígenas e européias” (p. 5). É preciso reconhecer que as experiências africanas impregnam a cultura brasileira.

Assim, com a compreensão dessa importância e, pensando as especificidades locais, a narrativa de Reinaldo, inicialmente isolada, ganha concretude em nossa quarta oficina, no momento de elaboração da proposta de atividade pedagógica.

Reinaldo e Luciana<sup>9</sup> registraram uma proposta intitulada “A História de São Gonçalo a partir dos negros”, no terceiro momento da oficina, quando solicitamos que formassem duplas com interesses comuns, mas de áreas de atuação diferenciadas, proporcionando um trabalho interdisciplinar. Os objetivos para desenvolver a proposta: “Resgatar a História do município por meio das raízes afrodescendentes; valorizar identidades étnico-raciais e culturais negras; visibilizar movimentos históricos nascidos em SG (Revolta da Cachaça, Umbanda...); refletir sobre diferenças sócio-culturais e econômicas dos negros”.

Acreditamos, com Boaventura de Sousa Santos (2010) que nossa prática pesquisadora pode anunciar uma “ecologia de saberes”. Os saberes da experiência e a valorização de matrizes culturais africanas presentes na cultura brasileira em diálogo crítico com o conhecimento científico vão delineando novas práticas em uma perspectiva intercultural, fruto da compreensão do importante papel da educação na superação da desigualdade étnico-racial ainda presente na sociedade brasileira.

### **In-concluindo com encontros na caminhada**

Em nossa prática pesquisadora, temos tentado nos “manter à escuta”, ouvindo a ancestralidade africana e valorizando as experiências narradas, ou seja, a palavra, como importante forma de ensinar-aprender em comunidade,

---

<sup>9</sup> Luciana foi bolsista da pesquisa “Micro-ações afirmativas” e, como professora da E. M Profª Zulmira Mathias Netto Ribeiro, participa da pesquisa atual.

um dos princípios da tradição oral africana (BÂ, 1982). As práticas pedagógicas compartilhadas em nossas oficinas evidenciam a busca de superação das desigualdades, no entanto, não há linearidade nesse caminho que se faz, há avanços e retrocessos nos processos de transformação, mas é assim que podemos vislumbrar possibilidades emancipatórias para a implementação da lei 10.639/03.

Percebemos que mesmo com a lacuna em suas formações iniciais e com a falta de formação contínua, bem como de materiais pedagógicos adequados, os/as professores/as vão, de forma autônoma, buscando alternativas e parcerias em seus trabalhos, mas pode-se considerar que ainda são poucos os que rompem com o cotidiano conforme e buscam práticas de caráter antirracista e, neste sentido tentando cumprir as determinações da lei 10.639/03.

Assim, a pesquisa com o caráter de investigação-formação, vem favorecendo e fortalecendo laços de solidariedade em espaços narrativos potencializadores das práticas pedagógicas de professores/as comprometidos/as com a transformação da realidade de racismo. E, como o momento final da oficina não é de uma avaliação formal, mas um convite a deixarem suas palavras a fim de continuarmos esboçando nossos passos nesta pesquisa-ação, busco encerrar, provisoriamente, com as palavras de Reinaldo...

A oficina foi maravilhosa, pena que a hora passou muito rápido. Nessas horas a gente aproveita para colocar para fora muita coisa que fica presa dentro da gente. Eu falei coisa que aconteceu comigo na minha infância, adolescência e na fase adulta, que me incomodam até os dias de hoje, mas infelizmente continuam acontecendo. Por isso eu sonho e tenho esperanças que com esses trabalhos, daqui a algum tempo as coisas poderão melhorar, e aí poderemos comemorar a nossa verdadeira liberdade (depoimento de Prof. Reinaldo).

... E as palavras de Josinete: “E a gente poderia até trocar... A atividade que a gente faz na escola, seus alunos entrarem para assistir, os meus irem em

tua escola também para ver o que você está fazendo. A gente pode fazer essa caminhada”.

Memórias e histórias narradas, práticas pedagógicas emancipatórias compartilhadas. As dimensões: individual e coletiva se expressam durante as oficinas pedagógicas, nosso procedimento metodológico preferencial nesta pesquisa-ação, cujo caráter é de investigação-formação. Não temos, pois, a pretensão de avaliar se os trabalhos estão acontecendo, nos importa, sim, a possibilidade de co-construirmos esta autonomia no fazer docente de forma solidária e comprometida com a transformação da realidade de racismo. Neste caso, buscando, de forma coletiva, a elaboração de subsídios pedagógicos à implementação de uma lei tão cara na História do movimento Negro na sociedade brasileira.

Neste sentido, a própria professora Josinete convida seus pares a um compartilhar as ações da prática pedagógica que vá além do espaço das oficinas, ou seja, que os/as professores/as gonçalenses, participantes da pesquisa possam continuar o diálogo visitando-se em suas respectivas escolas, em uma aprendizagem mútua. Os caminhos da pesquisa se fazem ao caminhar e esperamos, como Reinaldo, que em sua fala nos lembra o dito por Guerreiro Ramos (1995, p. 43): “É como se saíssemos do nevoeiro da brancura – o que nos parece olhá-la em sua precariedade social e histórica”, a fim de comemorarmos “a verdadeira liberdade”.

## Referências

- BÂ, A. H. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África**. São Paulo: Ática, 1982. v. I. (p. 181-218).
- CUNHA Jr. H. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afro-descendentes. *In*: LIMA, I. C., ROMÃO, J., SILVEIRA, S. M. (orgs.) **Os negros e**

**a escola brasileira.** nº 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999. (p. 13-26).

BRASIL. MEC. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana,** 2008.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP nº 3,** 2004.

EL ANDALOUSSI, K. **Pesquisas-ações – Ciências, Desenvolvimento, Democracia.** São Carlos: EdUFSCar, 2004. 192p.

FERNANDES, F. **A Integração do negro na sociedade de classes.** v. 2. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978. 623 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 35 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 184p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** 16 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 165p.

HENRIQUES, R. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação.** Brasília: Unesco, 2002. 102 p.

JESUS, R. de F. de. **Professoras da Escola Pública - Por que ficam? Uma História a contar.** 1998. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFF, Niterói, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mulher negra alfabetizando – Que palavramundo ela ensina o outro a ler e escrever?** 2004. 304 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2004.

JOSSO, M. C. **Caminhar para si.** Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2010. 340p.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Rio de Janeiro: Pallas, 2006. 172p.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999. 140 p.

RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 292p.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes (p.31-83). *In*: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. (p.81-83).

SILVA, P. B. G. Estudos Afro-Brasileiros: africanidades e cidadania. *In*: ABRAMOWICS, M. de A. B.; GOMES, N. L. (orgs.). **Educação e raça – perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (p.37-54).

TRINDADE, A. L. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na educação. *In*: MEC - **Valores Afro-brasileiros na Educação**. Boletim 22, NOV/2005. Salto para o Futuro/TV Escola. (p.03-14).